CDU 329 (81)

AS BASES SOCIOECONÔMICAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL: 1982/90*

João Rêgo (*)

1) INTRODUÇÃO[1]

O objetivo deste artigo é investigar o Sistema Partidário Brasileiro[2] que emergiu nos momentos finais do regime autoritário que se instalou no país com o golpe militar de 1964[3]. Caracterizada politicamente pela reativação do multipartidarismo (Lei Nº 6.767 de 20 de dezembro de 1979) e pela lei de anistia política, (Lei Nº 6.683 de 28 de agosto de 1979) esta fase do regime autoritário viria a preparar o terreno político que viabilizaria a efetiva transição para a democracia e o consequente processo de consolidação

(*) Cientista político e pesquisador do Departamento de Ciência Política da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ. É Diretor Executivo do Centro de Estudos Eleitorais Internacionais - CELINT.

[1] Este artigo é a condensação de uma tese de mestrado em ciência política, defendida em setembro de 1993 na Universidade Federal de Pernambuco.

[2] Utiliza-se aqui, o conceito de sistema partidário definido por Giovanni Sartori (SARTORI; 1976) com suas funções de comunicação, expressão e canalização entre a sociedade civil e o Estado. Para se referir ao Sistema Partidário Brasileiro no período investigado nesta pesquisa, será usada a notação SPB 1979(82)/90, o que significa que apesar do multipartidarismo ter sido institucionalmente reativado em 1979, foi apenas em 1982 que ocorreram as primeiras eleições. Esta notação, assim delimita também o período do estudo longitudinal que vai de 1982 a 1990.

[3] O regime autoritário, implantado com o Golpe Militar de 1964, teve, ao longo de sua existência períodos de recrudescimento e abrandamento, vindo a se extinguir de forma lenta e gradual através de uma transição negociada pelas forças de oposição moderadas com os militares, para a democracia. Esta, foi iniciada em 1979 com a Lei de Anistia Política e com a Reforma Partidária que reativou o multipartidarismo no Brasil.

estrutural de um regime democrático no país.

Orientada por uma macrovisão do processo político nacional, a pesquisa procura se debruçar sobre o SPB 1979 (82)/90 através de uma *perspectiva externalista* (Lima, Jr., 1983: pp. 27, 28) tentando identificar quais as relações existentes entre as condições reais de vida da população, representada pelos indicadores socioeconômicos das unidades da federação, e a orientação ideológica do voto, representada pelo percentual dos votos válidos obtidos pelos partidos que compõem o SPB 1979(82)/90 naqueles Estados.

É esta a contribuição que a pesquisa pretende dar: aperfeiçoar a compreensão sobre o Sistema Partidário Brasileiro, através de uma análise macro-orientada sobre as relações existentes entre as condições socioeconômicas da população residente nos Estados da Federação e a orientação ideológica do voto das mesmas.

No item que vem em seguida, **"O Sistema Partidário Brasileiro 1979(82)/90: seu contexto histórico-político"**, será apresentado inicialmente, o momento histórico que o precedeu, – com o objetivo de construir uma visão panorâmica onde se situa o objeto a ser investigado –, para em seguida, se apresentar uma descrição sumária dos eventos eleitorais ocorridos no período.

No terceiro item **"As bases socioeconômicas do SPB 1979(82)/90: esboço para uma nova tipologia"**, serão apresentadas a hipótese da pesquisa e a demonstração da mesma. Para isso serão utilizados métodos quantitativos, com a aplicação de um modelo de pesquisa que possibilitará a análise do SPB 1979(82)/90, identificando os diferentes padrões de associação entre as variáveis socioeconômicas e a estruturação político-eleitoral do SPB 1979(82)/90.

Em **"Algumas reflexões sobre o estudo dos partidos políticos"** são apresentadas, com base nos resultados empíricos da pesquisa, as principais reflexões sobre a questão dos partidos políticos no Brasil pós-1979.

2) Sistema Partidário Brasileiro 1979(82)/90: seu contexto histórico e político

Seria impreciso investigar o SPB 1979(82)/90 sem situá-lo no contexto da fase final do regime autoritário de 64, tendo sido sua criação uma conseqüência e parte da estratégia de distensão do próprio regime.

O grupo de forças políticas que articularam o golpe de 64 (Dreifuss; 1980), começava a dar sinais de retirada do apoio aos militares ao perceber o desgaste do governo do estado de exceção junto aos principais setores da sociedade.

Por outro lado, as forças de oposição, mais organizadas e atuando de forma articulada, tendo como principal instrumento de luta o MDB[4], que desde as eleições de 1974 havia se consolidado como um partido com condições de exercer uma oposição efetiva ao regime autoritário pressionavam o governo para que a redemocratização se materializasse em realidade. Atuando ativamente no processo de organização e mobilização da sociedade civil, estas forças vinham aumentando a intensidade de questionamento ao regime[5].

Somando-se a todo este cenário favorável ao fim do regime, estava a divisão das forças armadas[6] entre moderados, estes defensores da devolução do poder aos civis e da volta à democracia, e conservadores, espaço ideológico onde se situavam aqueles que pretendiam prolongar o regime autoritário ao máximo, movidos

---

[4] *MDB – Movimento Democrático Brasileiro, partido político criado pelo regime autoritário, após a cassação dos principais líderes opositores do regime, com o intuito de garantir uma aparente legitimidade do regime perante a opinião pública.*

[5] *As ondas de greves deflagradas pelos metalúrgicos do ABC (região onde está concentrada a indústria automobilística do país, situada no estado de São Paulo) em 1979/80/81, representou o principal movimento de massas com um impactante potencial questionador ao regime autoritário. Foi fundamental para o sucesso do movimento o apoio da Igreja progressista e dos partidos políticos de oposição.*

[6] *Durante o Governo do General Geisel ocorreu uma das maiores graves crises dentro das forças armadas, terminando com a deposição do General Silvio Frota, responsável pela tentativa de um golpe patrocinado pela linha dura do exército, cujo objetivo era interromper a distensão política implementada pelo presidente. Outra crise entre os militares foi a morte sob tortura do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, em São Paulo, culminando com a deposição do comando militar do 2º Exército (Região Sudeste do país).*

por uma ideologia de segurança nacional, a qual demonstrava que qualquer abertura seria fator de desestabilização política, ameaçando a "ordem" e a "paz social".

A relação entre a sociedade civil e o Estado autoritário estava caminhando para uma situação de descontrole social. O General Golbery, principal ideólogo da *Doutrina de Segurança Nacional*, passa a defender uma estratégia de descompressão, descentralizando o poder executivo e aumentando a liberação política. Uma das principais preocupações dos estrategistas políticos do regime autoritário era a natureza bipolar – do ponto de vista partidário – do conflito entre governo e oposição, esta materializada pelo MDB, que contava com expressivo apoio da população, como vinham demonstrando as sucessivas eleições (Moreira Alves, 1984).

As eleições ocorridas no período assumiam, cada vez mais, o aspecto de eleições plebiscitárias sobre o posicionamento do eleitorado em relação ao governo. Com apenas dois partidos, essa bipolarização criava um ambiente favorável para ampliar as tensões político-sociais, desgastando ainda mais o governo. O MDB, apesar de nele conviverem as mais diferentes correntes ideológicas, para o eleitorado, artistas e intelectuais, era sempre o partido símbolo da oposição. A solução identificada pelo General Golbery, cujo objetivo era enfraquecer os oposicionistas, protegendo o Estado e sua estratégia de liberalização, foi instituir o multipartidarismo, causando um estilhaçamento no sistema de oposições. Assim foi que, em 1979, duas importantes leis foram decretadas por parte do governo. A primeira foi a Lei de Anistia Política (Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979), bandeira das oposições desde o AI-1, e que vinha sendo motivo de fortes pressões por parte de todos os setores da sociedade. O governo Figueiredo conseguiu, após intensas negociações com a elite da oposição e com os setores da linha-dura das forças armadas, chegar a uma proposta de anistia, que apesar de parcial, representava um grande passo para a redemocratização, na medida em que possibilitou o retorno ao cenário político de importantes líderes cas-

sados e exilados a partir de 1964. A segunda foi a "Nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei Nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979) que extinguia a ARENA[7] e o MDB, sob forte protesto dos militantes da oposição, e estabelecia novas regras para a criação de outros partidos.

Vale ressaltar que a base jurídica que deu suporte ao sistema partidário surgido em 1979 não foi resultado de pressão política da oposição. Provavelmente, com o processo de liberação política, isto até viesse a acontecer, mas o que se seguiu foi uma estratégia de fragmentação da oposição por parte do governo autoritário, que, pelas informações que o Serviço Nacional de Informação – SNI detinha, sabia que o MDB obteria a maioria no Congresso Nacional nas próximas eleições (Moreira Alves, 1984: pp. 269, 270).

Assim, o SPB 1979(82)/90, que surge de dentro do regime autoritário, obedecendo a uma estratégia de sobrevivência política dos detentores do poder, traz condensado em seu bojo o germe de um novo tempo, transformando-se efetivamente na principal instituição responsável pela materialização do processo de transição para a democracia.

No quadro sinóptico, a seguir, apresenta-se um resumo das eleições diretas ocorridas durante o período de 1982 a 1990.

Os eventos eleitorais do SPB 1979(82)/90

Ano	Categoria da disputa	Descrição
1982	Governador, Senador, Dep. Federal, Dep. Estadual, Prefeito e vereadores	Primeira eleição da qual participaram os partidos recém-criados com a Lei que reativou o multipartidarismo em 1979. Verdadeiro marco para o processo de abertura política a oposição (PMDB e PDT) conquistou os cargos para governador em 10 dos mais importantes estados da Federação.

[7] *ARENA – Aliança Renovadora Nacional, partido político criado no mesmo momento em que foi criado o MDB para abrigar todas as forças políticas que apoiaram o golpe militar de 1964. Durante todo o regime autoritário o SPB foi reduzido a um bipartidarismo forçado (ARENA e MDB) que viria a se extinguir em 1979.*

1985	Prefeitos das capitais e municípios de Segurança Nacional	Quebra-se, através do Congresso Nacional o mecanismo que impedia eleições diretas para prefeitos das capitais. A oposição conquista 68% dos 201 municípios que realizaram eleições, sendo que 90% das capitais.
1986	Governador, Senador, Dep. Federal, Dep. Estadual	Eleição de caráter fundamental para a transição democrática. Elege-se uma Assembléia Nacional Constituinte, cujo objetivo era reconstruir a base jurídica do país, excluir o "entulho" jurídico autoritário e preparar as fundações de uma nova nação democrática.
1988	Prefeitos e Vereadores de todos os municípios	O mapa eleitoral se redefine de forma heterogênea. Diferentemente da quase unanimidade nacional obtida pelo PMDB em 1982, alguns setores oriundos do regime autoritário conquistam significativos espaços. Em contrapartida, o PT (partido de esquerda, surgido no movimento sindical de 1979/80 e 81), conquista as prefeituras de São Paulo, Porto Alegre e Vitória.
1989	Presidente da República	Primeira eleição direta para Presidente da República desde 1962. É considerada como o marco definitivo que delimita o fim da transição democrática e o início do regime democrático pleno. Consolidada juridicamente com a promulgação da nova Constituição, em 1988, a nação brasileira experimenta, em clima de festa, a eleição com o maior grau de representatividade de sua história republicana. Votaram também os analfabetos e os jovens maiores de 16 anos.
1990	Governador, Dep. Federal e Dep. Estadual	Eleições consolidadoras do processo político nacional, com alto índice de renovação de suas lideranças no Congresso. Agora, já em plena democracia, observa-se o fluxo e refluxo na conquista dos espaços políticos por parte dos partidos mais relevantes.

Com relação às eleições de 1986, que tinham como objetivo eleger a Assembléia Nacional Constituinte (passaram-se dois anos para que a nova Carta Constitucional viesse a ser promulgada), dá-se o segundo e definitivo passo mais importante após as eleições de 1982, no sentido de consolidar o regime democrático.

A mobilização expressiva dos setores organizados da sociedade civil foi a marca principal desse período. Entretanto, apesar de terem obtido alguma modernização na base jurídica nacional, pode-se constatar que os interesses centrais das forças que apoiaram e se beneficiaram com o regime autoritário foram preservados. Este fato implicou a materialização de uma Constituição conservadora, impedindo que importantes e necessárias transformações na estrutura socioeconômica viessem a ocorrer. O exemplo mais evidente foi a derrota das forças progressistas quando da votação da lei que estabelecia critérios para a reforma agrária, problema fundamental para se estancar a produção da miséria social e projetar o país no rumo de uma distribuição de renda mais equânime.[8]

Entretanto com a promulgação da Constituição de outubro de 1988, estava preparado o cenário democrático para a realização da eleição para Presidente da República, que veio a ocorrer em outubro e novembro de 1989 (1° e 2° turno), elegendo Fernando Collor, do PRN[9], disputando no 2° turno com Luís Inácio Lula da Silva, principal liderança política do Partido dos Trabalhadores - PT. A eleição presidencial de 1989 pode ser considerada, pois, como o marco definitivo do fim da transição para a democracia e começo de um regime democrático comparável, abstraindo-se os

[8] *A existência dos grandes latifúndios improdutivos, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país, é considerada um problema social crônico que a elite política vem adiando por décadas o seu enfrentamento. É possível encontrar hoje os "megafúndios", como o pertencente ao paulista Pedro Dotto, no Acre, de 2,1 milhões de hectares, correspondendo à mesma área de El Salvador. Ver matéria Revista VEJA; de 7 de julho de 1993.*

[9] *O PRN - Partido de Reconstrução Nacional, foi na realidade um partido recém criado para servir como legenda de aluguel ao Fernando Collor, um ex-governador do inexpressivo Estado de Alagoas, que com o importante apoio da Rede Globo de Televisão – um império que há décadas monopoliza a mídia televisiva no país –, conseguiu vender a sua imagem como a de um político anti-convencional a um eleitorado decepcionado com o primeiro governo civil (do presidente José Sarney) auto intitulado "A Nova República", marcado pelo fisiologismo e a fragilidade política do presidente perante a forte influência do PMDB.*

graves problemas econômicos e sociais, aos das modernas democracias ocidentais.

3) As bases socioeconômicas do SPB 1979(82)/90: esboço para uma nova tipologia dos partidos políticos.

Este artigo tenta retomar a linha de pesquisa iniciada por Aziz Simão (Simão; 1956) quando identificou associações significativas entre as bases socioeconômicas da população e a orientação ideológica do voto. Essa mesma linha de pesquisa é retomada, em 1973, por Gláucio Soares (Soares; 1973) e em 1977 por Bolívar Lamounier (Lamounier; 1980).

Para esta investigação do SPB 1979(82)/90, foram utilizados dados agregados por unidade da federação que representam, no modelo de pesquisa, as condições reais de vida da população e a orientação ideológica do voto da mesma. Mesmo reconhecendo a importância das pesquisas atitudinais *(surveys)* foi decidido, devido a natureza e o objetivo da pesquisa, pelo uso de dados agregados que possibilitassem uma macrovisão da realidade política, social e econômica do país.

Com a preocupação de tentar identificar traços estruturadores no SPB pós 1979, uma vez que a observação jornalística, bem como o senso comum imprimem a sensação de que o SPB vive um processo caótico de funcionamento, será construída uma hipótese de trabalho que aponte em outra direção: a da consolidação[10] estrutural do SPB 1979(82)/90 no cenário político nacional.

Fazendo uso de variáveis e indicadores que representem a dinâmica política social da nação no seu universo mais amplo possível, será possível descobrir traços que indiquem evidências do processo de consolidação estrutural do SPB na sociedade.

[10] *O trabalho de Antônio Lavareda "A democracia nas urnas: o Processo Partidário Eleitoral Brasileiro" (Lavareda; 1991) faz importante constatação sobre o processo de consolidação do SPB 1945/64.*

Para se atingir este objetivo, foi elaborada a seguinte hipótese de trabalho:

"O Sistema Partidário Brasileiro, surgido em 1979, apresenta durante o período investigado, que vai de 1979(82) a 1990, um relevante processo de consolidação estrutural na sociedade brasileira. Esta consolidação é demonstrada através da identificação de associações existentes entre as ***condições socioeconômicas da população*** *residente nos Estados da Federação e a* ***orientação ideológica do voto das mesmas***".

Para se medir os graus de associação entre as duas variáveis da hipótese, – *condições socioeconômicas da população e orientação ideológica do voto* –, representar-se-á a primeira variável através de indicadores socioeconômicos já conhecidos, tais como: renda, idade, índice de urbanização e índice de industrialização, definindo o nível de desenvolvimento socioeconômico de cada Unidade da Federação, enquanto que para representar a orientação ideológica do voto serão utilizados indicadores político-eleitorais.

Estes indicadores pretendem delinear os perfis ideológico-eleitorais de cada Estado, retratando também a dinâmica partidária do SPB. Construídos com o percentual dos votos válidos obtidos por cada partido nas eleições de 1982, 1986 e 1990, para deputados federais e estaduais, serão chamados de Blocos Ideológico-eleitorais e classificados em três categorias distintas; Bloco Ideológico-Eleitoral Conservador, Moderado e Progressista.[11]

Deve ser esclarecido que a classificação dos partidos políti-

[11] *Para a construção das três categorias – conservadores, moderados e progressistas –, foram utilizadas as médias nacionais obtidas por cada partido na avaliação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP; Quem foi quem na constituinte, nas questões de interesse dos trabalhadores (DIAP; 1988) durante a elaboração da Constituição. Com os cálculos das médias nacionais obtidas pelos partidos, das notas dadas pelo DIAP, construiu-se o seguinte espectro partidário: Partidos Conservadores – média nacional com notas entre 0 e 5,0 (PDS, PFL, PDC, PTR e PL), Partidos Moderados – média nacional entre 5,1 e 7,5 (PMDB, PMB e PTB) e Partidos Progressistas – média nacional entre 7,6 e 10,0 (PT, PDT, PCB, PC do B e PSB).*

cos nestas três categorias não traz qualquer prejuízo de valor, e foi construída tendo como base a defesa dos interesses dos grupos que, predominantemente, se beneficiaram com o regime autoritário, *versus* a defesa dos interesses dos grupos oposicionistas ao regime.

Não se está, aqui, pretendendo situar o DIAP como juiz da elite política, pois trata-se de uma entidade polarizada em defender e conquistar espaços para a classe trabalhadora, e, portanto, com um ângulo de visão particularmente estreito para servir de base a uma análise sociológica. O importante na construção desta escala foi o fato de poder mensurar de maneira bastante eficiente as diferenças existentes no conflito entre as forças que compunham o processo político nacional. Tudo isto dentro do espaço vital e decisório para a vida da nação, que é a arma política, em um contexto de elaboração de uma nova Constituição, após duas décadas de autoritarismo.

É importante esclarecer também que, a abordagem externalista embora não seja a única, é a que permite compreender os partidos políticos fora dos seus limites. **Ou seja, nesta abordagem, o partido é visto predominantemente como uma relação que este estabelece com outros fenômenos sociais**. Desta forma deve ser lembrado que o modelo da pesquisa trata apenas de identificar a influência determinante das variáveis socioeconômicas na orientação ideológica do voto, não incluindo uma diversificada gama de outras variáveis que também contribuem para a definição do voto, que vão desde a legislação eleitoral até a simpatia pessoal do eleitor dirigida a um candidato A ou B.

Na análise do fenômeno partido político, é comum se defrontar com uma diversificada gama de definições que podem variar de acordo com a formação ideológica ou com os interesses de quem procurou defini-lo. Desta forma, é possível encontrar desde a visão liberal do partido como instrumento de representação legítima da sociedade civil, até o conceito marxista de partido como principal meio de transformação revolucionária da socieade. E é

provável, que dependendo do momento histórico em que atuaram as forças políticas, o conceito de partido tenha *condensado* em si mesmo estas duas formas aparentemente antagônicas.

Neste trabalho, embora o objetivo não seja aprofundar o conhecimento teórico sobre a definição de partido político, este será analisado sob a ótica das relações de poder político entre a elite política e a sociedade civil. Assim, situando o **partido político** em uma percepção do processo político como sendo, essencialmente, **uma relação de dominação de uma elite sobre a sociedade civil**, o partido político assume o papel de principal meio de conquista e reprodução do poder político, por parte da elite política em uma sociedade moderna.

Diante desta posição, acredita-se que para identificar os traços de funcionamento de um sistema partidário, deve-se abrir mão da visão de partido político como uma entidade jurídica, formal com sede, logomarca e programa reconhecido. **É necessário ultrapassar esta percepção para desnudar a essencialidade das funções do partido político: a conquista, a reprodução e a manutenção do poder político**.

É com esta abordagem que a hipótese de trabalho da pesquisa será investigada.

Portanto, identificar os traços consolidadores do SPB junto à sociedade significa identificar se existe no bojo desta relação, a qual é sempre de dominação e persuasão, entre a elite e a sociedade civil um padrão específico de comunicação que expresse a estruturação do SPB junto à sociedade.

Embora muitas sejam as variáveis que atuam nessa comunicação, o foco desse artigo recai em demonstrar que as condições socioeconômicas onde está imerso o eleitor é também um fator determinante na construção dessa comunicação.

3.1) A análise bivariada[12]

Para se demonstrar a hipótese de trabalho, foi elaborado o seguinte modelo de pesquisa

Variável Independente
(condição de vida da população residente nos Estados da Federação, representada pelos seguintes indicadores:)

1) **IDADE:** Idade média da população residente nos Estados da Federação nos anos de 1982, 86 e 90
2) **INSTRUÇÃO:** Grau de instrução da população residente nos Estados da Federação nos anos de 1982, 86 e 90.
3) **URBANIZAÇÃO:** Índice de urbanização dos Estados da Federação para os anos de 1982, 86 e 90.
4) **INDUSTRIALIZAÇÃO:** Índice de industrialização dos Estados da Federação dos anos de 1982, 86 e 90.
5) **RENDA:** Renda média dos Estados da Federação nos anos de 1982, 86 e 90.

Variável Dependente
(orientação ideológica do voto representada pelos seguintes indicadores)

1) ***Bloco Ideológico-Eleitoral Conservador:*** composto pelo percentual dos votos válidos obtidos pelos partidos que compõem este bloco para as eleições de Dep. Federeal e Dep. Estadual nos anos de 1982, 86 e 90.
2) ***Bloco Ideológico-Eleitoral Moderado:*** composto pelo percentual dos votos válidos obtidos pelos partidos que compõem esse bloco para as eleições de Dep. Federal e Dep. Estadual nos anos de 1982, 86 e 90.
3) ***Bloco Ideológico-Eleitoral Progressista***: composto pelo percentual dos votos válidos obtidos pelos partidos que compõem este bloco para as eleições de Dep. Federal e Dep. Estadual nos anos de 1982, 86 e 90.

3.1.1) Bloco Ideológico-Eleitoral Conservador

De posse dos indicadores socioeconômicos se verifica a correlação destes com os indicadores eleitorais medindo-se, separadamente, o grau de associação desses indicadores com cada Bloco Ideológico Eleitoral. O resultado, que será analisado mais adiante, pode ser verificado no gráfico a seguir:

---

[12] *Será utilizado o coeficiente de correlação de Pearson, o qual mede a intensidade e o sentido (positivo ou negativo) da associação entre duas variáveis. Para o caso específico desta pesquisa foram ajustados os níveis de correlação para: 0,70 a 0,85 – correlação muito forte; 0,50 a 0,69 – correlação forte; 0,25 a 0,49 – correlação moderada; 0,10 a 0,24 – correlação fraca e 0,0 a 0,09 – ausência de correlação.*

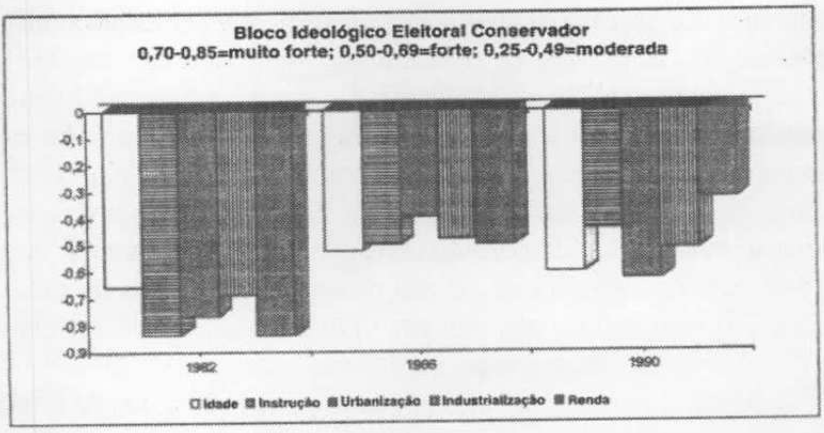

Figura 1 - Bloco Ideológico-Eleitoral Conservador

O primeiro aspecto que chama a atenção é o fato de que todos os indicadores socioeconômicos quando correlacionados com o Bloco Ideológico - Eleitoral Conservador, obtêm correlações negativas, para todo o período, numa evidente demonstração de que existe um padrão de comunicação entre a população residente nos Estados da Federação e os partidos que compõem este Bloco, sendo que, este padrão de comunicação é mais forte nos estados menos desenvolvidos da federação. Uma correlação negativa entre os indicadores do modelo pode ser lida assim: quanto mais elevado é o nível de desenvolvimento socioeconômico dos Estados menor é a tendência de voto nos partidos do *Bloco Ideológico - Eleitoral Conservador*, ou menos favorável é o ambiente eleitoral para os partidos que compõem este Bloco. Ou inversamente, quanto menos desenvolvido é o Estado, mais favorável é o ambiente eleitoral para os partidos conservadores.

Um segundo aspecto é o fato destas correlações negativas se reproduzirem, embora com intensidades diferentes, para os três anos: 1982, 1986 e 1990, com o mesmo sentido, não denunciando

nenhuma alteração ou realinhamento significativo entre as condições de vida da população e a orientação ideológica do voto. Merece destaque também, o fato de que predominantemente a intensidade das correlações se situam entre os graus *forte* e *muito forte*, sendo que se percebe o ano de 1982 como o que apresenta maior intensidade nas correlações, caindo em 1986 para os graus de correlação mais baixos do período investigado, voltando a subir em 1990. Este comportamento só não ocorre com as variáveis INSTRUÇÃO e RENDA, que têm em 1990 intensidades de correlação menores que os de 1986.

Uma importante inferência que se pode extrair dos resultados das correlações, é a constatação quantificada de uma prática política arcaica de dominação que persiste em todo o período. A compra de votos, os "modernos" currais eleitorais, o fisiologismo, tudo isto são práticas que vêm sendo exercidas há décadas, predominantemente, pelos partidos conservadores, e que pelos resultados da pesquisa não se constata nenhuma importante tendência de mudança. Mesmo após instaurada a democracia no país, apesar da existência de uma moderna infra-estrutura de comunicação de massa, da sociedade ter experimentado um reflorescimento dos movimentos sociais, do movimento sindical, rural e urbano, ter apresentado um significativo revigoramento, existe ainda, e é estatisticamente mais significante nos Estados menos desenvolvidos, um ambiente favorável à reprodução de uma prática política arcaica de dominação, exercida predominantemente pelos partidos conservadores, que esmaga a cidadania e aprisiona o eleitor num fosso de miséria e de ignorância.

Esta forma de relação política impede que o imprescindível controle regulador, mesmo que mínimo, exercido pela sociedade civil, atue sobre a elite política, deixando esta última com poderes quase que absolutos sobre a sociedade civil, bloqueando a ação dos vetores democratizantes no organismo social. Pode-se assim afirmar, que os resultados demonstram a existência da tendência dos partidos conservadores continuarem fortemente associados com

o eleitorado dos estados menos desenvolvidos. Esta tendência poderá se reproduzir ao longo do processo de consolidação do SPB junto à sociedade.

3.1.2) Bloco Ideológico-Eleitoral Moderado

Observa-se que as correlações entre os indicadores socioeconômicos com o *Bloco Ideológico - Eleitoral Moderado* se distinguem das correlações obtidas com o *Bloco Conservador* pela total inversão do sentido, agora todas positivas, denunciando uma associação entre os Estados mais desenvolvidos com a orientação ideológica do voto para os partidos moderados.

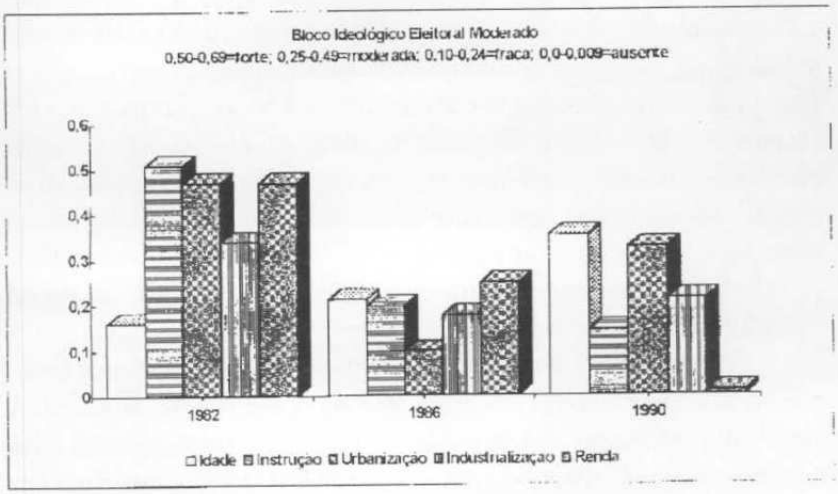

Figura 2 - Bloco Ideológico-Eleitoral Moderado

Deve-se observar, entretanto, que a intensidade das correlações – diferentemente do Bloco Conservador, onde as correlações ocorreram com intensidades *forte* e *muito forte* em 1982 e *forte* e *moderada* em 1986 e 1990 – para os partidos moderados ocorrem com intensidades predominantemente *moderad*a para 1982 e *fra-*

ca para 1986 e 1990, tendo apresentado duas ausências de correlação com o indicador URBANIZAÇÃO em 1986 e com RENDA em 1990. A predominância de correlações *fracas* em todo o período do *Bloco Moderado*, pode traduzir o discurso e a prática menos radicalizada da ação política, espraiando-se com a sua comunicação pelos mais diversos setores da sociedade.

Em 1982, quando as correlações atingiram sua intensidade máxima para todo o período da pesquisa, o PMDB, partido fortemente hegemônico dentro do Bloco Ideológico - Eleitoral Moderado, mesmo tendo sido o principal pólo de oposição ao regime autoritário e que durante todo o período de sua existência abrigou, como uma frente política, políticos das mais diversas tendências ideológicas, consegue conquistar um importante espaço junto ao eleitorado dos Estados mais desenvolvidos em 1982. Entretanto, observa-se que já em 1986 a intensidade da correlação cai significativamente e se mantém num patamar que se reproduz em 1990. Duas hipóteses podem explicar esta queda: a primeira é que com a volta dos políticos anistiados e o surgimento dos partidos de esquerda como o PT, PDT e PCB, estes passaram a ocupar um espaço dentro do espectro ideológico mais identificado com o eleitorado dos Estados mais desenvolvidos da Federação; a segunda foi o mecanismo do voto vinculado para as eleições de 1982 contribuindo para evitar a dispersão do voto dentro do espectro partidário, observada em 1986 e 1990.

A ausência de correlação para o *Bloco Ideológico - Eleitoral Moderado* em URBANIZAÇÃO no ano de 1986 e RENDA em 1990 poderia ser interpretada, a princípio, como que este Bloco não teve URBANIZAÇÃO e RENDA como fatores determinantes na orientação ideológica do voto. Entretanto é necessário ser bastante prudente ao se afirmar que indicadores socioeconômicos como índice de urbanização e renda, os quais representam uma dimensão tão relevante na construção da orientação ideológica do voto tenham perdido totalmente qualquer capacidade de associação explicativa com o percentual dos votos válidos obtidos pelos partidos moderados. É mais adequado inter-

pretar esta ausência de correlação como um resultado de um processo de realinhamento eleitoral sofrido pelos partidos moderados. Entretanto isto só poderá ser observado com a análise das eleições subseqüentes a 1990, quando poderá se descortinar um período longitudinal mais longo.

3.2.3) Bloco Ideológico – Eleitoral Progressista

Para a comprovação da hipótese da pesquisa, as correlações obtidas com o *Bloco Ideológico-Eleitoral Progressista* apresentam um padrão de orientação ideológica do voto distinto dos obtidos com o *Bloco Conservador*, distinguindo-se pelo sentido das correlações e do *Bloco Moderado* pela intensidade destas.

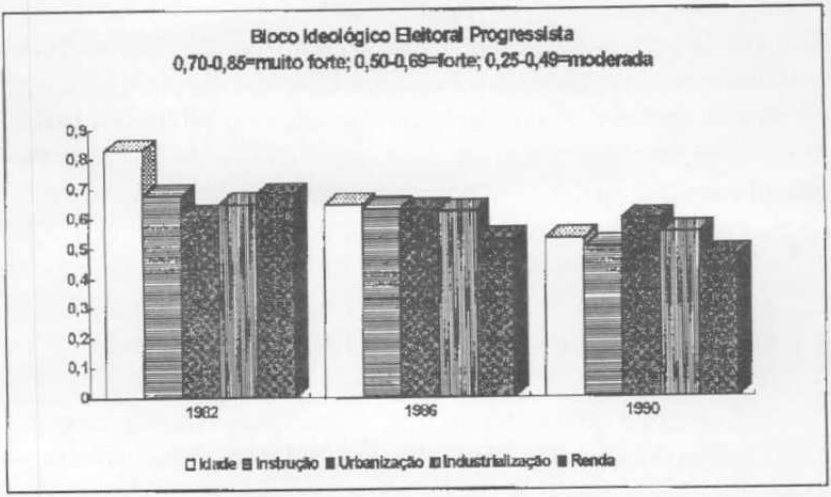

Figura 3 - Bloco Ideológico-Eleitoral Progressista

Desta forma, pode-se afirmar que enquanto o Bloco Ideológico - Eleitoral Moderado possui correlações predominantemente *fracas* com os Estados mais desenvolvidos, ainda que positivas,

apresentando inclusive indícios de realinhamento eleitoral, passando a disputar com o *Bloco Conservador* espaços políticos nos estados menos desenvolvidos, o *Bloco Ideológico - Eleitoral Progressista* apresenta uma sólida identificação com os Estados mais desenvolvidos da Federação, apresentando quase que majoritariamente correlações positivas de intensidade forte em todo o período.

Vale destacar a semelhança, apenas que invertida no sentido, das correlações obtidas com os partidos progressistas com os níveis de intensidade obtidos com *Bloco Ideológico - Eleitoral Conservador* (vide **Figura 1**).

O ano de 1982, época quando ocorreram as primeiras eleições do período, marcou a ruptura da centralização do poder político do regime autoritário, possibilitando a posse, por parte da oposição, dos cargos de governador. Esta eleição representou também um dos principais fatores políticos fundamentadores do processo de transição para a democracia, retratando o forte caráter antagônico existente entre o Bloco Conservador, que deu sustentação política ao regime autoritário e o Bloco Progressista composto por partidos oriundos dos setores mais à esquerda do MDB, por exilados e ex-prisioneiros políticos. Quanto ao Bloco Moderado, é razoável constatar que este se situa num espaço intermediário entre os dois pólos mais radicais do espectro partidário.

3.1.4) Os Padrões de Orientação Ideológica do voto

No gráfico abaixo, onde estão agregadas todas as correlações obtidas nos anos de 1982, 1986 e 1990, com todos os indicadores socioeconômicos, pode-se visualizar melhor os três padrões distintos de orientação ideológica do voto. O primeiro é o *Padrão de Orientação Ideológica do Voto Conservador*, que é o único que apresenta sempre, em todos os indicadores socioeconômicos, quando correlacionados com o percentual dos votos válidos obtidos pelos partidos que o compõem, durante todo o período da pesqui-

sa, as correlações com o sentido negativo, variando a sua intensidade, predominantemente, entre *muito forte* e *forte*, com raras correlações *moderadas*.

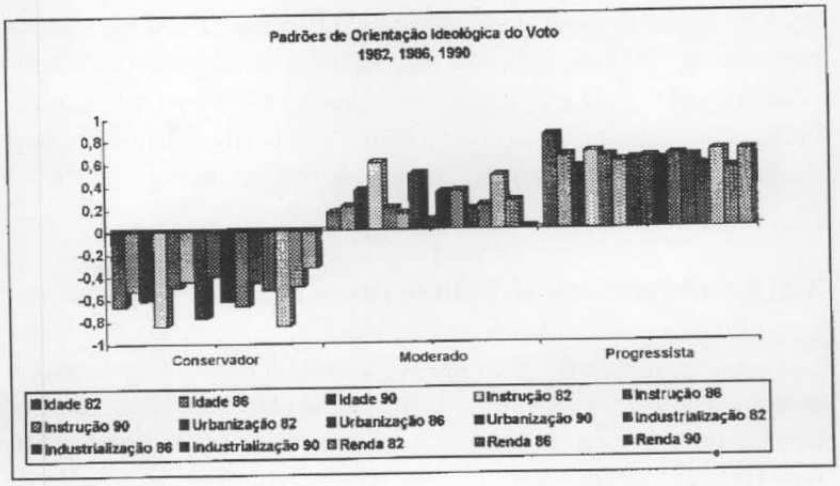

Figura 4 - Padrões de Orientação Ideológica do Voto

O segundo é o *Padrão de Orientação Ideológica do Voto Moderado*, que se distingue do primeiro por apresentar correlações positivas, com intensidade predominantemente variando entre *moderada* e *fraca*, com alguns casos, apresentando *ausência* de correlação, possivelmente prenunciando tendências de realinhamento eleitoral, passando a disputar o universo eleitoral dos Estados menos desenvolvidos.

E finalmente o terceiro caso que é o *Padrão de Orientação Ideológica do Voto Progressista*, que se distingue dos outros por apresentar sempre correlações positivas e com intensidade variando entre *forte* e *muito forte*, traduzindo uma sólida e estruturada

associação com o eleitorado residente nos Estados mais desenvolvidos da federação.

A constatação de três padrões distintos de orientação ideológica do voto, que persiste para todo o período pesquisado, é um fator que evidencia que as funções sistêmicas do SPB estão atuando. O fato de estes três padrões se reproduzirem nos três eventos eleitorais analisados pela pesquisa, indica uma consolidação estrutural do SPB junto à sociedade, confirmando a validação da hipótese da pesquisa. Esta consolidação se dá através da comunicação (função mais abrangente dos partidos políticos) que se estabelece entre a sociedade civil e a Elite Política, a qual é determinada, em parte, pelas condições socioeconômicas da população.

3.2) Considerações metodológicas

O objetivo desta pesquisa teve como *leit motiv* a preocupação em compreender como uma instituição tão vital para a consolidação de todo regime democrático, como são os partidos políticos, estava se formando em seu processo evolutivo no período da transição do regime autoritário de 1964 para a emergente democracia pós-1979.

Não era útil, nem prático, para se atingir este objetivo, fundamentar a investigação em pesquisas de opinião *(surveys)* devido à volatilidade da informação, uma vez que ela é calcada em bases subjetivas, alterando-se de acordo com o cotidiano do indivíduo.

Era necessário elaborar um modelo de pesquisa que, mesmo o pouco que pudesse revelar sobre o objeto investigado, fosse possível ser demonstrado em bases sólidas e também verificáveis por outros pesquisadores. Por isso optou-se por se trabalhar com dados agregados oriundos dos relatórios oficiais do TSE e da *Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar* **do IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O principal interesse da pesquisa era investigar como havia sido a relação entre os partidos políticos e a sociedade, durante o período do estudo, com a preocupação de tentar identificar, nessa relação, a existência de sinais que pudessem evidenciar uma consolidação dos partidos políticos no seu interagir com a sociedade.

Para a elaboração do modelo quantitativo da pesquisa, seguiu-se a *rationale* na qual se esperava que os eleitores que viviam em piores condições de vida, com menos renda, menos instrução, afastados dos grandes centros urbanos, tenderiam a votar nos partidos conservadores, enquanto que os mais instruídos, com mais renda e residentes nos centros urbanos, tenderiam a votar nos partidos progressistas.

De posse dos dados, faltava elaborar um modelo quantitativo de pesquisa que, orientado pela *rationale*, pudesse demonstrar a hipótese de trabalho, a qual afirmava que durante o período pesquisado, o SPB não só apresentava associações significativas com as bases sócio-econômicas do país como essas associações se reproduziam em padrões distintos de orientação ideológica do voto ao longo do tempo, evidenciando sinais de consolidação estrutural do SPB na sociedade.

Na elaboração do modelo quantitativo, era necessário construir variáveis e indicadores que fossem capazes de representar de forma aceitável os distintos universos em análise: a sociedade e os partidos políticos. Para representar o espaço social e econômico da população, decidiu-se pela construção dos indicadores socioeconômicos (INSTRUÇÃO, RENDA, URBANIZAÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO e IDADE), que, grosso modo poderiam representar as condições reais de vida da população.

Quanto ao sistema partidário, decidiu-se pela agregação dos partidos políticos (percentuais dos votos válidos) que o compõem em três categorias já definidas aqui, e que são: Conservadores, Moderados e Progressistas. Restava, assim, a unidade de análise que deveria ser definida para que os dados fossem geograficamente agregados. Foi decidido agregar os dados socioeconômicos e

eleitorais por Estado da Federação. A partir do estímulo de pesquisas, como a de Gláucio Soares, sobre o SPB 45/64 (Soares; 1973), acreditou-se que neste nível já seria possível identificar tais associações.

Estabelecidas estas condições, restava aplicar o modelo quantitativo aos dados (estes agora emancipados, como variáveis, em seu poder explicativo), que representavam o objeto de estudo. A aplicação do modelo com as suas técnicas estatísticas deveria funcionar como um eficaz instrumento de medição das relações entre os partidos e a sociedade, no período.

Este foi o percurso investigativo desta pesquisa, que, além de realizar descobertas sobre o SPB (79)82/90, construiu um esboço para se desenvolver uma nova tipologia dos partidos políticos. Esta tipologia apresenta um importante potencial explicativo sobre o processo de comunicação entre a sociedade civil e a elite política.

4) Algumas reflexões sobre o estudo dos partidos políticos.

Um primeiro aspecto que se gostaria de enfocar refere-se ao tipo de abordagem de grande parte das pesquisas sobre os partidos políticos no Brasil. Constata-se, que uma quantidade expressiva dos trabalhos, apresenta uma abordagem dicotômica, a qual acolhe o enfoque da estabilidade política condicionada ao perfeito funcionamento do sistema partidário versus instabilidade política como consequência do mal funcionamento do mesmo.

Ora, este enfoque deposita, intencionalmente ou não, uma excessiva responsabilidade sobre o sistema partidário, esperando-se que do seu bom funcionamento derive toda a estabilidade de um regime democrático. É necessário que os partidos políticos sejam "dessacralizados" e redescobertos como condição necessária para a consolidação de qualquer regime democrático, mas não como uma condição suficiente. Até porque, o sistema partidário é

apenas um segmento – imprescindível é verdade – de uma ampla e complexa malha de entidades públicas e privadas que exercem suas lutas e conquistas dentro de uma sociedade civil sob um regime político aberto e plural.

O traço inevitável que perpassa as relações político-ideológicas em uma sociedade é o da dominação/subordinação exercida por uma *elite política* (Bottomore; 1964, Cap. I) sobre a sociedade civil. Deste modo, os partidos políticos são meios privilegiados de comunicação entre sociedade e elite política, os quais cumprem uma função dialética, que é a materialização e legitimação desse domínio, através do exercício do poder político, como também, dependendo do nível de organização e fortalecimento da sociedade civil, esta exerce, simultaneamente, ações de controle e regulação sobre a elite política.

Com os resultados obtidos nesta pesquisa, ficou constatada a existência de um vínculo entre as condições reais de vida da população e a formação do sistema partidário.

Percebe-se que a reprodução das relações político-ideológicas na sociedade sofre uma influência determinante das condições reais de existência da população. Essa influência, como demonstrou a pesquisa, manteve-se presente nos três anos que delimitam o período deste trabalho.

Ao analisar os partidos políticos de forma dissociada das bases socioeconômicas em que estes estão inseridos, corre-se o risco de encobrir um dos principais aspectos funcionais do sistema partidário, que é a comunicação política entre a sociedade civil e a elite política.

Com relação a este conceito central da teoria política sobre os partidos políticos, encontra-se na obra de Giovani Sartori importante fundamentação teórica sobre as funções dos sistemas partidários no espaço político-ideológico da sociedade. Consegue o autor identificar três funções sistêmicas distintas que cabe ao sistema partidário exercer.

Abaixo, texto do autor:

> *A razão de termos deixado de lado, até agora, a função da comunicação é que ela não tem suficiente força discriminatória. Como se deve lembrar, a função expressiva caracteriza o pluralismo partidário, isto é, o partido que pertence ao sistema partidário. A função canalizadora surge numa fase posterior, a da consolidação estrutural das entidades políticas partidárias e parece aplicável não só aos sistemas partidários mas também aos sistemas de Estado partidário...*
> *... Com relação à inclusividade, a comunicação é sem dúvida uma categoria universal por excelência. Todos os sistemas políticos, sem exceção, têm uma comunicação política. (Sartori; 1976: p. 78).*

A comunicação política, através do sistema partidário, entre a sociedade e a elite política, subentende um fluxo bidirecional de mensagens. As demandas vindas da sociedade atingem essa elite, que, por sua vez, sob a forma de decisões político-administrativas, responde a tais *inputs*.

Esta pesquisa desnuda, em parte, o efeito que essa comunicação causa na sociedade, quando consegue, com os Blocos Ideológico-Eleitorais, distinguir que, dependendo das condições reais de existência de setores da sociedade, a mensagem que passa através da comunicação política é decodificada de maneira distinta. Existe, assim, entre a sociedade civil e a elite política, um meio através do qual esta mensagem trafega. Esse meio ou via de comunicação política é o espaço político-ideológico cujo perfil é determinado, dentre outros fatores, pelas condições reais de existência da população.

Assim, quando se demonstra a hipótese central da pesquisa, argumentando que existem, para o período investigado, distintos padrões de correlação entre a população e os partidos políticos, e que estes, através da característica expressiva do sistema partidário, traduzem distintas formas de comunicação política, fica de-

monstrado que o sistema partidário brasileiro pós-79 vem desenvolvendo com certo vigor a função *"expressiva"* identificada por Giovanni Sartori.

No quadro conceitual do autor, é a *expressão* que distingue um sistema partidário efetivo de outra formação política menos evoluída.

Em suma, todas as formações políticas partilham da ***propriedade da comunicação****; todas as formações políticas partidárias partilham da* ***propriedade da canalização****, mas apenas os sistemas partidários partilham da* ***propriedade de expressão*** *(Sartori; 1976: p. 79).*

Assim, do ponto de vista funcional (sartoriano), percebe-se que o SPB (79) 82/90 vem se formando com significativa importância expressiva na sociedade.

Entretanto, se o sistema partidário vem desempenhando o seu papel político-institucional no regime democrático emergente, como se explica o agravamento dos desníveis socioeconômicos na sociedade, mesmo com vários anos de experiência democrática?

A resposta está, pelo menos em parte, no modo como se fundou esta democracia emergente pós-79, fruto de uma transição deflagrada e controlada pelas forças que apoiaram e se beneficiaram do regime autoritário, cuja principal característica dessa transição é a possibilidade desses grupos virem a controlar o processo político através de regras formais e informais, de tal maneira que seus interesses centrais sejam preservados.

Na realidade, o regime democrático brasileiro pós-79, devido à forma como se deu sua transição sofre da síndrome da democracia limitada identificada por Alfred Stepan (O'Donnel *et alii*; 1986).

Estes são fatores que transcendem em muito a responsabilidade institucional do sistema partidário, merecendo ser objeto de pesquisas específicas.

Outras condições, além da consolidação do SPB, ainda necessitam, urgentemente, emergir no espaço político-ideológico, para que, como forças impulsivas, venham atuar positivamente na ruptura deste modelo limitado de democracia. É necessário que essas outras condições causem impactos transformadores na estrutura social e econômica do país, estancando o processo de exclusão da grande maioria da população dos benefícios da atividade produtiva, imprimindo, assim, saltos qualitativos nas condições de vida da população.

Espera-se, assim, que esta pesquisa venha reforçar a importância da perspectiva externalista na análise do fenômeno partidário no Brasil, estimulando um tipo de abordagem que ultrapasse a clássica visão dicotômica inicialmente apresentada, de forma que sejam revelados os aspectos que moldam a relação de dominação/subordinação entre as classes sociais no espaço político-ideológico da sociedade brasileira.

Afinal, compreender e classificar os partidos políticos no Brasil, um país cuja cultura política possui, ainda, profundas raízes na prática oligárquica e clientelista, merece, no mínimo, uma certa cautela quando se utilizam modelos teóricos desenvolvidos e testados para interpretar sistemas partidários atuantes em países com cultura política absolutamente distinta da brasileira.

Examine-se o caso do período pós-1979. Após a implantação do multipartidarismo e a promulgação da Lei de Anistia, em 1979, foi dado o primeiro passo para o processo de redemocratização. Esse processo consolidou-se ao longo de 10 (dez) anos, durante os quais, além de várias eleições nas diferentes categorias de disputas eleitorais, houve um pleito para a Assembléia Nacional Constituinte, que promulgou, em 1988, a nova Carta Constitucional, culminando-se o fechamento da consolidação da democracia com as eleições presidenciais de 1989. Se isto não bastasse, a nação ainda passou no rigoroso "teste de consistência" da democracia, que foi o bem sucedido processo de *impeachment* contra o presidente Fernando Collor, por corrupção, em 1992.

Entretanto, mesmo com um bem sucedido *curriculum vitae* no processo de institucionalização do regime democrático, projetando o país para o patamar das democracias modernas do mundo, as elites políticas e econômicas têm demonstrado incapacidade em superar os graves desequilíbrios sociais e econômicos, que afetam e excluem, de maneira brutal, a grande maioria da população dos benefícios decorrentes da atividade produtiva nacional.

Experimenta a nação brasileira um perigoso processo de deslocamento entre o universo político-institucional (este funcionando com razoável desenvoltura), e o universo social, que, a cada ano, conforme pesquisas oficiais, aprofunda mais e mais os abismos entre as classes sociais.

É neste contexto político-social que a compreensão do papel dos partidos políticos deve ser buscada. Neste caso, a questão da relação de dominação/subordinação entre as classes sociais, no espaço político-ideológico da sociedade brasileira, assume grande dimensão explicativa.

Tentar compreender os partidos políticos no Brasil é, essencialmente, procurar entender sua funcionalidade e eficácia no processo político, não como uma entidade ideal e pura, mas como uma instância fundamental dentro do amplo mecanismo de dominação de uma elite política sobre a sociedade civil.

É necessário esclarecer que o termo "dominação" não traz qualquer sentido panfletário ou pessimista, mas carrega a compreensão de uma certa inevitabilidade do comportamento humano em uma sociedade.[13]

É, na verdade, uma relação de dominação que precisa ser legitimada pelos dominados, e esta legitimação se dá nos processos eleitorais.

A questão, assim, não é discutir se os vínculos entre elite

---

[13] *Para uma compreensão aprofundada dessa inevitabilidade, sugere-se ver o interessante enfoque da Teoria das Elites (MOSCA; 1939), guardadas as devidas reservas para o bias do fascismo. Tendo sua origem como uma teoria anti-marxista, a teoria das elites merece ser revisitada, mesmo que com cautela, após o importante fato histórico que foi a desestruturação de todo o Leste Europeu.*

política e a sociedade são fortemente marcados pela dominação. Isto o marxismo já demonstrou. O importante é perceber que cada sociedade, dependendo de fatores sociais, políticos e culturais, convive com essa relação e exerce sobre ela um certo poder de pressão e controle, através de mecanismos sólidos e perenes, que atuam no processo político, impedindo que a elite política assuma o controle absoluto da relação.

No caso do Brasil pós-1979, são evidentes os traços de crescente fortalecimento da sociedade civil. O exemplo mais recente, o da mobilização da sociedade em favor do *impeachment* do presidente Collor em 1992, demonstrou que, sem qualquer abalo nas instituições, a sociedade civil é capaz de atitudes amadurecidas no seu processo de organização e vitalidade. Entretanto, ainda existem amplos setores da sociedade onde essa organização sequer conseguiu ultrapassar os vínculos tradicionais do clientelismo.

Sendo o sistema partidário o principal meio de conquista e reprodução do poder em uma sociedade democrática, o aspecto da comunicação política entre a população e os partidos passa a exercer um papel fundamental na compreensão do processo político.

Assim, um estudo sobre sistema partidário que se utilize da abordagem internalista, passando ao largo dessas questões, e assumindo uma certa "neutralidade ideológica", é, no mínimo, danoso aos interesses das classes excluídas do processo decisório nacional. Isto porque no momento em que se abstrai a relação de dominação/subordinação entre as classes sociais da análise do sistema partidário, joga-se um manto encobridor sobre os conflitos ideológicos que existem em uma sociedade profundamente dividida, social e economicamente.

Trata-se, enfim, de um conflito que precisa, mais do que nunca, ser revelado, pois aí também estarão sendo desnudados os principais mecanismos causadores de dominação e exclusão social.

BIBLIOGRAFIA

BOTTOMORE, T. B. *Elites and Society* (As Elites e a Sociedade). Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1974.

BRESSER, Luiz Carlos Pereira. Os Limites da "Abertura" e a Sociedade Civil. In: FLEISCHER, David (org.) *Da distenção à abertura: as eleições de 1982*; Brasília, 1988.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega Ltda, 1983.

DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. *Quem foi quem na constituinte, nas questões de interesse dos trabalhadores*. São Paulo: Ed. Oboré, 1988.

DRAPER; SMITH, N. R. and H. *Applied Regression Analysis*. United States of América: Ed. John Wiley & Sons Inc, 1966.

DREIFUSS, René Armand. *State, classe and the organic elite: the formation of an entrepreneurial order in Brazil (1961-1965)*. (1964: A Conquista do Estado, Ação Política, Poder e Golpe de Classe). Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

DUVERGER, Maurice. *Les Partis Politiques* (Os Partidos Políticos, 1987). Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

FLEISCHER, David V. (org.). *Da Distensão à Abertura: as Eleições de 1982*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989*. Rio de Janeiro.

LAMOUNIER; CARDOSO, Bolivar; Fernando Henrique. *Os Partidos e as Eleições no Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LAMOUNIER, Bolivar et alii. *Voto de Desconfiança: Eleições e Mudança Política No Brasil, 1970-1979.* Petrópolis: Ed. Vozes, 1980.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro.* Rio de Janeiro: Ed. Rio Fundo, 1981.

LIMA, JR., Olavo Brasil. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional: 1945/64.* Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984).* Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

MOSCA, Gaetano. *The Ruling Class (Elementi di Scienza Política; 1939)* New York: Ed. McGraw-Hill Book Company, 1965.

O'DONNEL, Guilhermo et alii. *Transitions from Authoritarian Rule.* Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1986.

PEDHAZUR, Eliazar J. *Multiple Regression in Behavioral Research. Explanation and Prediction.* New York: Ed. Hdt, Rine Hart and Winston, 1982.

PRZEWORSKI, Adam. *Some Problems in The Study of the Transition to Democracy.* In: O'DONNEL et alii; 1986.

SARTORI, Giovanni. *Parties and Party Systems.* (Partidos e Sis-

temas Partidários). Rio de Janeiro: Ed. Zahar & Ed. Universidade de Brasília, 1982. V. I.

SIMÃO, Aziz. O Voto Operário em São Paulo, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 1, 1956 (citado por LAMOUNIER in LAMOUNIER; CARDOSO; 1978).

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Livraria José Olympio, 1981. (citado por MOREIRA ALVES; 1984).

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil (Desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República)*. São Paulo: Ed. Difusão Européia do Livro, 1973.

STEPAN, Alfred et alii. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. *Dados Estatísticos. I Eleições Federais, Estaduais e Municipais (Eleições de 1982). 14, v. Tomo I.*

TSE - Tribunal Superior Eleitoral/Câmara dos Deputados. *Eleições de 15 de Novembro de 1986.* Candidatos e votos obtidos: Senadores, Deputados Federais, Governadores, Vice-Governadores, Deputados Estaduais e Suplentes. Publicado pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. Coordenação Geral de Informática. *Candidatos e Votos para Governadores, Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais. (Eleições de 1990).*

Veja. 7 de julho de 1993.